



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007096-32.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Osmar Aparecido Redondo Salles e outro**
 Embargado: **Serviço Autonomo de Água e Esgoto de São Carlos Saae**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

OSMAR APARECIDO REDONDO SALLES opôs Embargos à Execução contra o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE**, alegando, preliminarmente, impenhorabilidade do imóvel de matrícula nº 38681, do Registro de Imóveis de local, sob o argumento de que se trata de bem de família. Aduz ainda que a natureza jurídica da remuneração dos serviços prestados de água e esgoto tem caráter não tributário e que existe excesso de penhora, requerendo a sua desconstituição, bem como o parcelamento do débito.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo e a Autarquia embargada apresentou impugnação e sustentou, em resumo, que o bem é passível de penhora, uma vez que a lei excepciona a possibilidade de penhora na situação dos autos, por se que se tratar de cobrança prevista no inciso IV do artigo 3º da Lei 8.009/90. Aduz, ainda, que não existe excesso de penhora uma vez não houve avaliação do imóvel penhorado. Assim, pugnou pela improcedência dos embargos.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR

O pedido comporta acolhimento.

Registre-se inicialmente que, consoante entendimento consolidado do STJ, o serviço em questão é remunerado por meio de tarifa ou preço público, como se pode observar do julgado abaixo:

“PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

FISCAL. CRÉDITO NÃOTRIBUTÁRIO. FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. TARIFA/PREÇO PÚBLICO. PRAZO PRESCRICIONAL CÓDIGO CIVIL. APLICAÇÃO.

1. A natureza jurídica da remuneração dos serviços de água e esgoto, prestados por concessionária de serviço público, é de tarifa ou preço público, consubstanciando, assim, contraprestação de caráter não-tributário, razão pela qual não se subsume ao regime jurídico tributário estabelecido para as taxas (Precedentes do Supremo Tribunal Federal: RE 447.536 ED, ReL Ministro Carlos Velloso, Segunda Turma, julgado em 28.06.2005, DJ26.08.2005; AI 516402 AgR, ReL Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 30.09.2008, DJe- 222 DIVULG 20.11.2008 PUBLIC 21.11.2008; e RE 544289 AgR, ReL Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, julgado em 26.05.2009, DJe-113 DIVULG 18.06.2009 PUBLIC 19.06.2009. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça: EREsp 690.609/RS, Rel Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 26.03.2008, DJe 07.04.2008; REsp 928.267/RS, ReL Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 12.08.2009i DJe 21.08.2009; e EREsp 1.018.060/RS, ReL Ministro Castro Meira, Primeira/steâfa julgado em 09.09.2009, Dje 18.09.2009).

2. A execução fiscal constitui procedimento judicial satisfativo servil à cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública, na qual se compreendem os créditos de natureza tributária e não tributária (artigos 1º e 2º, da Lei 6.830/80).

3. Os créditos oriundos do inadimplemento de tarifa ou preço público integram a Dívida Ativa não tributária (artigo 39, § 2º, da Lei 4.320/64), não lhes sendo aplicáveis as disposições constantes do Código Tributário Nacional, máxime por força do conceito de tributo previsto no artigo 3º, do CTN". (REsp n. 1.192.022-MG, de relatoria da Ministra Eliana Calmon, 2a Turma, julgado em 15.6.2010).

Assim, a hipótese dos autos trata de obrigação de natureza pessoal, e não *propter rem*, consoante se extrai dos seguintes julgados:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ÁGUA E ESGOTO. DÉBITO. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO POR DÍVIDAS CONTRAÍDAS POR OUTREM. DÍVIDA DE NATUREZA PESSOAL. PRECEDENTES.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1. Trata-se na origem de ação ordinária de cobrança intentada pela concessionária de tratamento de água e esgoto em razão de inadimplemento de tarifa pelo usuário. A sentença julgou extinto o processo sem julgamento do mérito, em razão da recorrida ser parte ilegítima por não ser proprietária do imóvel à época em que o débito foi constituído. No entanto, o acórdão a quo reformou a sentença ao argumento de que o débito em questão possui natureza propter rem. É contra essa decisão que se insurge o recorrente.

2. Merecem prosperar as razões do especial. Diferentemente, do entendimento proferido pelo Tribunal de origem, a jurisprudência deste Tribunal Superior, frisa que, "o débito tanto de água como de energia elétrica é de natureza pessoal, não se vinculando ao imóvel. A obrigação não é propter rem" (REsp 890572, Rel. Min. Herman Benjamin, Data da Publicação 13/04/2010), de modo que não pode o ora recorrido ser responsabilizado pelo pagamento de serviço de fornecimento de água utilizado por outras pessoas.

3. Recurso especial provido". (REsp 1.267.302/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 08/11/2011).

“TRIBUTÁRIO EXECUÇÃO FISCAL. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO Obrigação pessoal Ação ajuizada em face de quem não usufruiu dos serviços Ilegitimidade passiva - Impossibilidade de substituição do polo passivo - Substituição da CDA que ensejaria modificação do lançamento Inteligência do art. 2º, § 8º da LEF e da Súmula 392 do STJ Extinção do feito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC Decisão mantida Recurso improvido”. (Ap. 0.001.912-71.2007.8.26.0233 rel. Des. Silvana Malandrino Mollo, j. 03.10.2013).

Desta forma, a situação vertente não se enquadra na exceção prevista no art. 3º, IV, da Lei nº 8.009/90.

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

IV - para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

Execução fiscal. Cobrança de tarifa de água e esgoto. Impenhorabilidade do bem de família. Não se aplica ao caso a exceção do art. [3º](#), [IV](#) da Lei [8.009/90](#), porque não se trata de crédito tributário. Nega-se provimento ao recurso, com a manutenção da sentença reexaminada (APL 00178511020118260344 SP 0017851-10.2011.8.26.0344 - Publicação 02/10/2014 - Relator : Beatriz Braga).

Desta maneira, tendo em vista a caracterização do imóvel penhorado como bem de família, já que o Município não questionou que o autor nele reside, tendo nele sido intimado (fls. 97 dos autos principais), forçoso reconhecer a sua impenhorabilidade, ficando prejudicada a análise do excesso de execução, eis que a penhora será levantada.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e PROCEDENTE o pedido, para o fim de determinar o levantamento da penhora sobre imóvel objeto da matrícula 38.681, devendo a exequente indicar outros bens passíveis de penhora.

Eventual parcelamento deve ser feito administrativamente, a menos que o exequente concorde com o seu parcelamento judicial.

Diante da sucumbência, condeno o embargado a arcar com as despesas de reembolso e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, constante dos autos principais.

P I

São Carlos, 04 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**